

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DIREITO

PATENTE DE MEDICAMENTOS E SAÚDE PÚBLICA

Anna Paula de Mesquita Pinto Lopes (Aluna de Graduação de Direito - UNIRIO); Ricardo Sichel (orientador). André Ricardo Cruz Fontes (Coorientador)

1 – Escola de Ciências Jurídicas e Políticas; Centro de Ciências Políticas e Jurídicas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: FAPERJ, CNPq, CAPES.

Palavras-chave: propriedade intelectual; patentes; medicamentos; patentes pipeline; pipeline; inconstitucionalidade; STF; saúde pública; dignidade da pessoa humana; princípios constitucionais; ponderações de princípios constitucionais.

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa visa o estudo da lei de Propriedade Intelectual no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no que tange à concessão de patentes neste instituto. Versa sobre o método Pipeline de concessão de patentes realizada por período determinado e em relação ao qual há ampla discussão jurídica acerca de sua constitucionalidade e seus reflexos econômicos na política pública, no projeto de saúde pública, bem como na ponderação dos interesses públicos e privados.

OBJETIVO

Trazer a discussão a público, notadamente por se tratar de uma discussão de interesse público e geral. Expor as diferentes posições de juristas conceituados a respeito da discussão, bem como os argumentos trazidos por ambos os polos da discussão.

METODOLOGIA

Trabalho realizado com (i) entrevistas de juristas que possuem amplo conhecimento sobre o tema, (ii) leitura e análise crítica de obras literárias, como livros e artigos; (iii) análise e busca jurisprudencial; e (iv) leitura de reportagens.

RESULTADOS

Já foram obtidas entrevistas com personalidades jurídicas conceituadas demonstrando a amplitude de discussão e o posicionamento de diversos tribunais pelo Brasil, a análise dos argumentos trabalhados na Ação de Declaratória de Inconstitucionalidade no STF.

CONCLUSÃO

Grande parte do posicionamento é no sentido de que as patentes concedidas pelo método Pipeline são inconstitucionais e devem ser quebradas para que a população, como um todo, tenha acesso aos remédios por preços mais acessíveis a partir da liberação de concorrência de produção dos medicamentos patenteados e também com a possibilidade da importação destes remédios, por preço abaixo do atualmente comercializado, de países em que a patente já expirou.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005

_____. Propriedade Intelectual – A aplicação do Acordo TRIPS. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005

SICHEL, Debora Lacs. Direito Patentário no Brasil Do Estado Nacional para o Mundo Globalizado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008

SICHEL, Ricardo Luiz. O Direito Europeu de Patentes e Outros Estudos de Propriedade Industrial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004

_____. Propriedade Intelectual. Uma Política de Estado. 1a ed. Rio de Janeiro: GZ, 2014

BARBOSA, Pedro Marcos Nunes. Direito Civil da Propriedade Intelectual: O Caso Usucapião de Patentes. Lumen Juris, 2012.

BARBOSA, Jeferson Ferreira. O Direito de Patente e o Direito Social Fundamental à Saúde. Revista da ABPI, nº 106.

TARGA, Leonardo Vieira. Duas Políticas para uma mesma nação: O Acesso Universal à Saúde e o Regime de Propriedade Intelectual. LEAL, Ondina Fachel.